

BRE Ponte III Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ nº 04.800.265/0001-25

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Balancos patrimoniais	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Ativo/Circulante		3.256	4.315
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.307	3.350
Contas a receber	7	920	840
Tributos a recuperar		12	-
Despesas antecipadas		17	124
Adiantamento a fornecedores		-	1
Não circulante		64.273	65.167
Propriedade para investimento	6	64.273	65.167
Total do ativo		67.529	69.482

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido			
	Capital social	Reserva legal	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (não auditado)	23.817	5.173	73.406
Lucro líquido do exercício	-	-	2.915
Juros sobre capital próprio - intermediários (Nota 9.c)	-	-	(1.906)
Dividendos intermediários (Nota 9.c)	-	-	(2.634)
Constituição de reserva legal no exercício	-	146	(146)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	(67)
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (não auditado)	23.817	5.319	69.099
Lucro líquido do exercício	-	-	8.345
Constituição de reserva legal no exercício (Notas 9.b e c)	-	417	(417)
Dividendos mínimos obrigatórios pagos (Nota 9.c)	-	-	(83)
Dividendos referentes a exercícios anteriores pagos (Nota 9.c)	-	-	(2.538)
Dividendos intermediários e pagos	-	-	(7.679)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	(166)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	23.817	5.736	67.144

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: a) **Objeto social:** A BRE Ponte III Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia" ou "BRE Ponte III") é uma sociedade por ações de capital fechado. A Companhia está domiciliada no Brasil, à Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2277, sala 1201, Jardim Paulista, CEP: 01452-000 - SP/SP. Segue abaixo o objeto social que a Companhia passa a ter: (a) Desenvolvimento e investimento em empreendimentos imobiliários e construção de imóveis; (b) Comercialização por venda, arrendamento de imóveis próprios, compra e venda de imóveis sejam eles terrenos, frações ideais de terrenos, escrituras, armazéns, lojas de varejo, edifícios construídos no regime de *built-to-suit*; (c) Participação em sociedades, associações, fundos de investimento imobiliário ou fundos de investimento em participações; (d) Locação ou sublocação de bens próprios, desde que não seja mediante operação de leasing.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem os princípios previstos na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo CPC e deliberados pelo CFC. As demonstrações financeiras são apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31/12/2017. O Contrato Social da Companhia determina que o exercício social iniciará em 1º/01 e terminará em 31/12 de cada ano. Estimativas: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatos objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e pressupostos incluem as estimativas para a análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outros provisos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e pressupostos pelo menos trimestralmente. A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 11/06/2018, considerando os eventos subsequentes ocorridos até essa data, que tiveram efeito sobre essas demonstrações financeiras. O Contrato Social da Companhia determina que o exercício social iniciará em 1º/01 e terminará em 31/12 de cada ano, em caráter extraordinário. A Administração autorizou a emissão de demonstrações financeiras em data interna. **2.2. Resultado:** Os resultados são registrados pelo regime de competência. A receita de arrendamento de propriedade para investimento reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamento concedidos contratualmente são reconhecidos como parte integral da receita total de aluguel, pelo período do arrendamento. As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e sobre variações monetárias sobre os contratos de locações, os quais são reconhecidos integralmente no resultado, através do método dos juros efetivos. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos. Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter convertibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando vencerem de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição. Em sua maioria, são classificados na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio de avaliação".

2.4. Contas a receber:

As contas a receber são decorrentes das locações dos imóveis, os quais são registrados de acordo com o critério contábil apresentado na nota nº 2.2. Quando o valor recebido é maior que o valor reconhecido como receita pelo método linear, a diferença é registrada como um passivo, à rubrica "Adiantamento de clientes". A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando o seguinte critério: análise individual dos devedores, independentemente do período de vencimento. As despesas com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa são registradas na rubrica "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado, quando aplicável. **2.5. Propriedade para investimento:** É a propriedade mantida para obter renda com aluguéis e mensuradas ao custo histórico, deduzido da depreciação calculada pelo método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais a vida útil estimada. O valor justo da propriedade para investimento é divulgado, conforme nota nº 6. Atualmente, a Companhia revisa a vida útil e o valor residual das suas propriedades para investimento. **2.6. Tributos:** Imposto sobre receitas de aluguel e serviços prestados: As receitas de aluguel das propriedades para investimento e dos serviços prestados estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições tributados pelo regime de competência, pelas seguintes alíquotas básicas: **Impostos e contribuições 2017 e 2016 - Alíquotas:** PIS - 1,65%; COFINS - 7,60%. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de aluguel, conforme demonstrado na Nota nº 10. IR e CS - **correntes:** Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável e asper o a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de IR e CS são as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço aplicável sobre a receita tributável pelo regime de caixa. IR e CS correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: • Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, exceto: • Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária diferida é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e • Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo o parte do ativo tributável diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. **Impostos diferidos - correntes:** Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado do período ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados a mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **2.7. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa novamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas

Balancos patrimoniais	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Passivo/Circulante		380	383
Contas a pagar		48	3
Tributos a pagar		332	378
Não circulante		5	-
Tributos diferidos	8	5	-
Patrimônio líquido	9	67.144	69.099
Capital social		23.817	23.817
Reservas de lucros		43.327	45.282
Total do passivo e patrimônio líquido		67.529	69.482

Demonstrações do resultado			
	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Receita líquida	10	10.542	9.149
Despesas e receitas operacionais		-	-
Despesas administrativas	11	(1.270)	(757)
Outras despesas operacionais		-	(7)
Resultado com valor justo das propriedades para investimento		-	(2.153)
Lucro antes do resultado financeiro		9.272	6.232
Despesas financeiras	12	(8)	(22)
Receitas financeiras	12	218	515
Lucro antes das provisões tributárias		9.482	6.725
Imposto de renda e contribuição social	8	(1.137)	(3.810)
Lucro líquido do exercício		8.345	2.915
Lucro por ação - em reais (R\$)		0,3504	0,1224
Demonstrações do Resultado Abrangente	31/12/2017	31/12/2016	
Lucro líquido do exercício		8.345	2.915
Total de resultados abrangentes do exercício		8.345	2.915

Provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências

de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. **Valor justo dos instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam alterar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **4. Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** As práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGA-REV), bem como as normas IFRS, estão em constante e contínuo processo de revisão, com o objetivo de aferir suas normas contábeis, auxiliando o leitor no processo de leitura, entendimento e análise comparativa com outras empresas do mercado. Com isso, segue abaixo a natureza e a vigência de cada uma das novas normas e alterações: **Pronunciamento - Descrição - Vigência:** CPC 48 - Instrumentos Financeiros - Correlação às normas internacionais de contabilidade - IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: classificação, mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge - Exercícios anuais iniciados a partir de 1º/01/2018; CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes - Correlação às normas internacionais de contabilidade - IFRS 15 - sobre o reconhecimento de receita em transações de contratos com clientes - Exercícios anuais iniciados a partir de 1º/01/2018; CPC 06 (R2) - Arrendamento Mineral - Referir-se à definição e à orientação do contrato de arrendamento previsto na IAS 17 - Exercícios anuais iniciados a partir de 1º/01/2019. (A) Para as IFRS 9 e 16 a Administração da Companhia aguarda a edição do correspondente normativo no Brasil pelo CPC para análise dos possíveis impactos em suas demonstrações financeiras. Atualmente, a Administração da Companhia está avaliando os potenciais efeitos dos respectivos pronunciamentos aprovados pelo CFC nos saldos de abertura referente a 1º/01/2018, bem como nas demonstrações financeiras do exercício a lidar-se em 31/12/2018 e 2019. **5. Caixa e equivalentes de caixa:** Os saldos estão representados por:

	31/12/2017	31/12/2016
Aplicações financeiras (a)	2.307	3.350
	2.307	3.350

(a) Representadas substancialmente por CDBs e operações compromissadas

lastradas em CDBs de emissão de instituições financeiras de primeira linha, sendo resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações, com remuneração de 99% do CDI. **6. Propriedade para investimento:**

	31/12/2017	31/12/2016
Terrenos	26.134	26.134
Edificações	44 (*)	40.217
Depreciação acumulada	(2.078)	(1.184)
	64.273	65.167

(*) A vida útil foi estabelecida com base no laudo de avaliação fornecido por empresa especializada e independente para o exercício de 2017. A Companhia anualmente estima o valor justo das propriedades para investimento. A Administração concluiu que não há indicativo de mudança significativa no valor justo em 31/12/2017, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Custo	64.273	65.167
Valor justo	119.653	106.954

Propriedade para investimento **64.273** **119.653** **65.167** **106.954**

O valor justo das propriedades para investimento foi estimado internamente utilizando o fluxo de caixa descontado. Todos os cálculos são baseados na análise das qualificações físicas das propriedades em estudo e das informações diversas levantadas no mercado, que são utilizadas na determinação dos valores justos do empreendimento. O modelo de fluxo de caixa descontado foi estimado com base no fluxo de caixa individual do imóvel, sendo considerado o valor atual do aluguel até o final do contrato com base nas seguintes premissas: Cap rate 12%, taxa de desconto de 8%;

	31/12/2017	31/12/2016
De acordo com a condição específica do imóvel	12,0% a.a.	12% a.a.
De acordo com a condição específica do imóvel	12,0% a.a.	10% a.a.

Crescimento de longo prazo em taxas reais de aluguel (%) **8,0% a.a.** **12% a.a.**

Taxa de desconto **8,0% a.a.** **12% a.a.**

Cap Rate **12,0% a.a.** **10% a.a.**

Com base no valor justo da propriedade para investimento, a Administração concluiu que não há indicativo de desvalorização do ativo que requer a redução ao valor recuperável. **7. Contas a receber:** O contrato firmado entre a BRE Ponte III Empreendimentos e Participações S.A. e Carrefour Comércio e Indústria Ltda., foi firmado em 16/10/2003 e tem duração inicial de 11 anos e com base no quinto aditivo, o contrato foi prorrogado por mais 12 anos. Não houve renegociação no contrato de aluguel, após a operação de venda da BR Properties à BRE Ponte Participações S.A. Os valores dos arrendamentos são acrescidos da variação acumulada do INPC/IBGE e possui a seguinte composição:

	31/12/2017	31/12/2016
Mensal	920	840
Postecipado		

de AGE, foi aprovada a distribuição de dividendos, apurados com base nos lucros acumulados 2016 e de janeiro a 06/2017 no valor de R\$2.538. Em 30/10/2017, conforme Ata de AGE, foi aprovada a distribuição de dividendos, apurados com base nos lucros evidenciados no balanço patrimonial levantado em 30/09/2017 no valor de R\$7.679.

Destinação do lucro do exercício

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	8.345	2.915
Constituição de reserva legal no exercício	(417)	(146)
Dividendos mínimos obrigatórios pagos	(83)	-
Dividendos intermediários aprovados e pagos	(7.679)	(2.682)
Constituição de reserva de retenção de lucros	(166)	(87)
Total	(166)	(87)

10. Receita líquida:

	31/12/2017	31/12/2016
Receita bruta	10.906	10.082
Tributos sobre receita	(364)	(933)
Receita líquida	10.542	9.149

11. Despesas gerais e administrativas:

	31/12/2017	31/12/2016
Serviços prestados por terceiros	(496)	(290)
Despesas gerais	(774)	(467)
Total	(1.270)	(757)

Por disposição estatutária, a Companhia não contratou e não contratará funcionários, sendo todos os serviços necessários prestados pelos seus administradores ou por empresas especializadas terceirizadas. **12. Resultado financeiro líquido:** Os saldos estão representados por:

	31/12/2017	31/12/2016
Despesas financeiras	(8)	(22)
Juros/Desconto concedidos	(6)	(22)
Receitas financeiras	218	515
Remendimento sobre aplicações financeiras	218	487
Outras receitas financeiras	-	28
Resultado financeiro	210	493

13. Instrumentos financeiros: a) Gerenciamento de riscos:

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades e a reduzir a exposição a riscos de crédito, de taxa de juros e de mercado. A administração desses riscos é efetuada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de posições. Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa. **b) Valorização dos instrumentos financeiros:** Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização: • Caixa equivalentes de caixa: o valor de mercado desses ativos é similar aos valores apresentados nas demonstrações financeiras. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado; • Contas a receber: os valores de conta a receber apresentados a valor contábil têm valor de mercado similar. **c) Valor justo dos ativos e passivos financeiros:** O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, colusão, falsificação, omissão ou representação falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas

sobre as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo em 31/12/2016, em função de que os saldos de abertura, correspondentes a 1º/01/2016, não haviam sido auditados por nós ou por outros auditores independentes, e que através de outros procedimentos de auditoria não nos havia sido possível concluir sobre aqueles valores até aquela data. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, o que não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossa obrigação é obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de

Demonstrações do resultado	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Receita líquida	10	10.542	9.149
Despesas e receitas operacionais		-	-
Gerais e administrativas	11	(1.270)	(757)
Outras despesas operacionais		-	(7)
Resultado com valor justo das propriedades para investimento		-	(2.153)
Lucro antes do resultado financeiro		9.272	6.232
Despesas financeiras	12	(8)	(22)
Receitas financeiras	12	218	515
Lucro antes das provisões tributárias		9.482	6.725
Imposto de renda e contribuição social	8	(1.137)	(3.810)
Lucro líquido do exercício		8.345	2.915
Lucro por ação - em reais (R\$)		0,3504	0,1224
Demonstrações do Resultado Abrangente	31/12/2017	31/12/2016	
Lucro líquido do exercício		8.345	2.915
Total de resultados abrangentes do exercício		8.345	2.915

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto			
	31/12/2017	31/12/2016	
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		8.345	2.915
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		-	-
Alterações em propriedades para investimento		-	2.153
Imposto de renda diferido		5	2.264
Depreciação acumulada		894	372
		9.244	7.704
Variações nos ativos e passivos: Aumento/(redução) no ativo:			
Tributos a recuperar		(12)	643
Contas a receber		(80)	-
Despesas antecipadas		107	(106)
Adiantamento a fornecedores		-	106
Outros ativos		1	-
Aumento/(redução) de passivo: Outros passivos		-	(48)
Contas a pagar		42	(23)
Tributos a pagar		(46)	135
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		9.257	8.411

Atividades de financiamento:

Distribuição de dividendos	(10.300)	(7.222)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(10.300)	(7.222)

Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa

	(1.043)	1.189
--	---------	-------

Saldo de caixa e equivalentes de caixa: No início do exercício **3.3**